

Arquivar um Levante: Imagem, Memória e Conflito em Pernambuco

Archiving an Uprising: Image, Memory, and Conflict in Pernambuco

Archivar una Sublevación: Imagen, Memoria y Conflicto en Pernambuco

Marcela LINS¹
Guilherme BENZAQUEN²

Resumo

Este trabalho investiga a presença e a ausência de levantes em arquivos públicos pernambucanos, analisando o papel das imagens na construção da memória e nos conflitos políticos ao longo do século XX. Realizamos um levantamento iconográfico no Museu da Cidade do Recife e na Fundação Joaquim Nabuco para identificar registros visuais de manifestações políticas. Consideramos os arquivos como espaços de disputa, nos quais a seleção, a catalogação e a omissão refletem dinâmicas de poder. Ao entender o arquivo como um campo dinâmico, propomos que a memória dos levantes pode ser constantemente ressignificada. Defendemos, portanto, que um levante, ao ser arquivado, é submetido a um controle institucional, mas pode sempre ser reativado por sua potência e pelo olhar que o reinscreve na história.

Palavras-chave: Arquivo; Imagem; Levantes; Conflitos políticos.

Abstract

This paper investigates the presence and absence of uprisings in public archives in Pernambuco, analysing the role of images in the construction of memory and in political conflicts throughout the twentieth century. We conducted an iconographic survey at the Museu da Cidade do Recife and the Fundação Joaquim Nabuco to identify visual records of political demonstrations. We understand archives as contested spaces, where selection, cataloguing, and omission reflect power dynamics. By approaching the archive as a dynamic field, we argue that the memory of uprisings is subject to constant resignification. We therefore contend that an uprising, once

¹Pós-doutoranda na Universidade Federal de Minas Gerais e doutora em Comunicação Social pela mesma instituição. A pesquisa contou com apoio do CNPq. E-mail: marcela.lins@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1585-4845>

²Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco. Pós-doutorando no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A pesquisa contou com apoio do CNPq. E-mail: benzaquenguilherme@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6527-0958>



archived, is subjected to institutional control, but can always be reactivated by its inherent force and by the gaze that reinscribes it into history.

Keywords: Archive; Image; Uprisings; Political Conflicts.

Resumen

Este trabajo investiga la presencia y la ausencia de sublevaciones en archivos públicos de Pernambuco, analizando el papel de las imágenes en la construcción de la memoria y en los conflictos políticos a lo largo del siglo XX. Realizamos un relevamiento iconográfico en el Museo da Cidade do Recife y en la Fundação Joaquim Nabuco para identificar registros visuales de manifestaciones políticas. Consideramos los archivos como espacios de disputa, en los que la selección, la catalogación y la omisión reflejan dinámicas de poder. Al entender el archivo como un campo dinámico, proponemos que la memoria de las sublevaciones puede ser constantemente resignificada. Sostenemos, por lo tanto, que una sublevación, al ser archivada, queda sometida a un control institucional, pero puede siempre ser reactivada por su potencia y por la mirada que la reinscribe en la historia.

Palabras clave: Archivo; Imagen; Sublevaciones; Conflictos políticos.

Introdução

A greve das cigarreiras em setembro de 1903, a greve dos operários dos trilhos no mesmo ano, a greve dos estivadores no ano seguinte, o protesto dos Tuxá em 1908, a greve dos ferroviários em 1909, a greve geral de 1917, a atuação anarquista do começo do século XX ou as sufragistas da década de 1920 – nenhum desses processos apareceu nos arquivos investigados. Tampouco encontramos fotos do levante Pankararu em Brejo dos Padres no início da década de 1970, da atuação do Movimento Negro de Recife na mesma época, da ocupação do Skylab em 1979 ou da ocupação da Fazenda Normandia em 1994. No entanto, isso não significa que essas imagens não existam.

Como propõe Achille Mbembe (2002), qualquer arquivo é constituído por faltas fundamentais. Eles não devem ser pensados como repositórios completos da história, mas como matéria viva, marcada pelas escolhas feitas por aqueles que os organizam e pelas limitações de acesso aos documentos. Pensamos, portanto, um arquivo como a casa de um acumulador compulsivo, onde é impossível perscrutar cada canto. Às vezes, não enxergamos o que está embaixo do sofá por distração; em outras ocasiões, esse acumulador pode simplesmente nos impedir de acessar certos



espaços. Nesse sentido, as ausências não são lacunas técnicas, mas operações políticas.

No presente artigo, tensionamos a dimensão da presença e da ausência de imagens de levantes, a partir de uma pesquisa realizada em dois importantes arquivos de destinação pública pernambucanos: o Museu da Cidade do Recife e a Fundação Joaquim Nabuco. Perguntamo-nos: arquivar a imagem de um levante é necessariamente uma operação de controle e submissão? A pesquisa aqui apresentada se debruça sobre essa questão, analisando a presença e a ausência de conflitos políticos em arquivos públicos pernambucanos e investigando como as imagens participam da construção da história e da memória.

Estamos cientes que os levantes, em sua existência sócio-histórica, estão imersos em várias teias de poder, que incluem repressão, criminalização, recuperação e normalização. Em relação a suas imagens, é evidente que os processos de captura e de circulação também são marcados pela dimensão do controle e submissão. As decisões de enquadramento, as técnicas fotográficas, as formas como circulam, as legendas e os textos que acompanham as imagens são também definidores nas dinâmicas de invisibilização. O nosso interesse, contudo, é prioritariamente na dimensão política do arquivo. Essa delimitação mais restrita nos permite adensar a crítica ao apagamento no momento arquivar desses processos mais amplos.

Como proposto por Georges Didi-Huberman (2017), chamamos de levante³ um gesto de interrupção da submissão. São processos e desejos coletivos de transformação que pressupõem uma solidariedade entre os seus protagonistas. Os levantes são construídos pelos que estão em uma posição de “não poder” e interrompem, mesmo que momentaneamente, uma história que se acreditava pré-determinada. É contra tempos sombrios que o gesto de se levantar se materializa frente à incapacidade de ver mais além e de desejar. O antagonista do levante é o tempo de chumbo, que impede o movimento. Não estamos aqui diante somente de grandes revoluções, mas também dos pequenos gestos de recusa.

De modo complementar, Butler (2022, p. 23) define o levante como a consequência de uma “sensação de que o limite foi ultrapassado”. Ambos enfatizam a

³ Por vezes, também utilizaremos termos como conflito político, luta, revolta, mobilizações e manifestações políticas para evitar repetições excessivas da palavra levante. Compreendemos-nas como intercambiáveis.



dimensão coletiva, dado que não é possível um desejo ou uma indignação meramente individual constituí-lo. A autora reconhece a existência de levantes anti-democráticos, porém, assim como nós, restringe sua atenção aos democráticos. Os eventos que buscamos nessa pesquisa compartilham a importante característica de resultarem “de uma crescente determinação a não mais se sujeitar, de uma convicção compartilhada de que as coisas devem parar e depois evoluir de algum modo” (Butler, 2022, p. 24).

O estudo deriva do projeto Rastros e Levantes em Pernambuco, que realizou um levantamento iconográfico em acervos locais para identificar registros visuais de mobilizações políticas e compreender os mecanismos de visibilidade e apagamento dessas lutas. Essa é uma pesquisa que se insere em um amplo e crescente campo de produção acadêmica voltado à investigação política das relações entre arquivo, imagem e história nacional (Alonso e Espada, 2017; Blank e Machado, 2015; Lage, 2025; Leal, 2024; Mauad, 2017; Musa, 2022).

Como estamos lidando com imagens em arquivos, o nosso referencial teórico parte de Ariella Azoulay (2019), Georges Didi-Huberman (2017) e Silvia Rivera Cusicanqui (2018), a fim de problematizar o papel das imagens nos regimes de poder. Didi-Huberman (2017) argumenta que as imagens não apenas registram acontecimentos, mas constituem gestos políticos que mobilizam a história. A fotografia de um levante, por exemplo, não é apenas um documento de um evento passado, mas um ato que pode ressignificar narrativas e produzir efeitos no presente. Ao mesmo tempo, Azoulay (2019) propõe que a fotografia deve ser pensada como um contrato civil, onde os sujeitos fotografados, os espectadores e os contextos institucionais estão implicados em um jogo de poder e disputa pela memória. Por outro lado, Cusicanqui (2018) defende que a imagem “pensa” – de modo que práticas visuais produzem comentários sobre o social. São peças hermenêuticas que não só descrevem uma realidade dada, mas a interpretam, teorizam e produzem uma reflexão posicionada.

De modo complementar, recorreremos à discussão sobre a política dos arquivos a partir de Achille Mbembe (2002), Jacques Derrida (1995), Maurício Lissovsky (2003) e Michel Foucault (2003; 2018). Esse segundo conjunto teórico nos ajuda a pensar a agência dos arquivos e os jogos de poder que os constituem. Há, evidentemente, distinções significativas em torno da própria definição de arquivo



para cada um dos autores. Mbembe (2002) e Lissovsky (2003) se aproximam ao pensarem o arquivo como uma instituição que conserva memória. Derrida (1995) abarca essa dimensão e a expande para qualquer impressão que deixe marcas. Por último, Foucault (2018) define um arquivo enquanto um sistema que regula a formação e a circulação dos discursos em uma dada sociedade.

Ainda assim, há argumentos centrais de cada autor que confluem e que nos auxiliam em nossas análises. Mbembe (2002), aponta que o arquivo produz um esforço contra o caráter fragmentário e disperso das vidas. Sua função seria impedir a dispersão desses vestígios e a possibilidade, sempre presente, de que eventualmente possam adquirir vida própria. Derrida (1995) argumenta que a questão do arquivo não é relativa ao passado, mas ao futuro porque arquivar é projetar e garantir a possibilidade de retorno. Não haveria desejo de arquivo sem a finitude radical, sem a possibilidade do esquecimento. Foucault (2003), por sua vez, argumenta que o arquivo determina o domínio do dizível na história. O autor defende que vidas usualmente destinadas ao esquecimento nos chegam por terem sido arquivadas, ou seja, por terem sido submetidas a um contato com o poder. Lissovsky (2003), por fim, argumenta que o arquivo é contraditório em suas funções. Se de um lado, em sua dimensão cartorial, protege da “falsificação” e da “fraude”, ao buscar uma espécie de monopólio da verdade; por outro, em sua dimensão poética, um arquivo sempre anuncia um outro porvir possível.

Em diálogo com esses autores e com base em nossa pesquisa, defenderemos que um levante, ao ser arquivado, é submetido a um controle institucional, mas pode sempre ser reativado por sua potência e pelo olhar que o reinscreve na história. De modo geral, o que nos moveu foi a proposta de pensar na possibilidade de elaboração crítica de uma história a contrapelo (Benjamin, 2017), a despeito das vontades de poder que conformam os acervos históricos. Ao longo do artigo, apresentamos a pesquisa, as instituições, os arquivos, algumas imagens e reflexões articuladas com o referencial teórico-metodológico mobilizado.

A pesquisa e os acervos

A pesquisa Rastros e Levantes em Pernambuco teve como ponto de partida a seguinte pergunta: de que maneira os conflitos políticos da história pernambucana são apresentados nas imagens preservadas nos acervos locais? O objetivo inicial foi



analisar essa iconografia dentro de um recorte temporal que contempla o século XX. Ao longo de dois anos, realizamos um levantamento sistemático de fotografias que registram greves, passeatas, marchas e outras formas de mobilização popular, concentrando-nos em dois importantes arquivos públicos da cidade do Recife. A pesquisa foi financiada pelo Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura (Funcultura). A proposta de nos voltarmos a um recorte temporal alargado se justifica porque era de nosso interesse investigar as mudanças nas formas de representação desse tipo de evento, em função das transformações da tecnologia fotográfica e do contexto político.

Em relação aos arquivos investigados, o Museu da Cidade do Recife e a Fundação Joaquim Nabuco são duas importantes instituições do estado, com amplos acervos. O Museu da Cidade do Recife, criado em 1982, congrega mais de 200 mil imagens que abrange desde o século XIX à década de 1980, com fotografias em cópias em papel, negativos flexíveis, de vidro e slides. Trata-se de uma instituição criada e mantida pela prefeitura municipal, o que significa que parte relevante de seu acervo é constituído por fotos comissionadas, enquanto outras foram compradas ou recebidas por meio de doações, de acordo com os projetos memorialísticos e arquivísticos de cada gestão.

A Fundação Joaquim Nabuco, por sua vez, é uma instituição pública federal vinculada ao Ministério da Educação com sede em Recife, criada em 1949, com atuação nas áreas de educação, cultura e ciências sociais. A Fundação abriga um acervo documental diversificado, que inclui fotografias, gravuras, capas de disco, folhetos e registros visuais que vão do século XIX até os dias atuais. No sistema SophiA – seu repositório digital de acesso público – estão catalogados cerca de 228 mil itens. De modo geral, esse acervo é composto por materiais provenientes de aquisições e doações de entidades e coleções particulares, sob a guarda do Centro de Estudos da História Brasileira (Cehibra) e do Museu do Homem do Nordeste (Muhne)⁴.

O caráter distinto das instituições e a singularidade de seus acervos exigiram métodos de pesquisa diferentes. O Museu da Cidade do Recife tem um acervo composto majoritariamente por imagens comissionadas ou ligadas a narrativas

⁴ Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/fundaj/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias-1/digitalizacao-do-acervo-da-fundaj-iniciada>. Acesso em 11/6/2025.



institucionais. A Fundação Joaquim Nabuco reúne um conjunto documental mais heterogêneo, oriundo de fontes diversas e nem sempre alinhadas a discursos oficiais. Apesar das diferenças, em ambos os museus, os levantes apareceram de forma residual. Isso nos levou a uma reavaliação do que entendíamos por levante – algo que exporemos no tópico seguinte.

É importante destacar que a escolha das instituições investigadas se deu justamente por serem reconhecidas como importantes repositórios da memória local. Desde o início, nosso foco não esteve voltado aos acervos produzidos por movimentos sociais, uma vez que o objetivo era explorar a aparição de levantes em instituições não necessariamente voltadas à preservação política dessas memórias. Além disso, era de nosso interesse justamente investigar a dimensão de seleção e controle (Mbembe, 2002) relativa aos acervos institucionais vinculados, de distintas formas, ao Estado. Reconhecemos, no entanto, a existência de diversas iniciativas locais comprometidas com a memória das lutas sociais, muitas delas organizadas pelos próprios movimentos. Um exemplo expressivo é o acervo da Fetape, sediado em Carpina, que reúne parte importante da história das mobilizações no campo. Mais recentemente, o projeto Acervo do Vídeo Popular em Pernambuco tem se dedicado à pesquisa, digitalização e difusão de registros audiovisuais realizados por movimentos e organizações populares.

Em relação ao método de pesquisa por nós empregado, antes da ida aos acervos, elaboramos uma extensa lista de processos e acontecimentos que nos pareciam fundamentais na história dos levantes pernambucanos, esperando encontrar suas imagens. No entanto, o confronto com os arquivos revelou uma discrepância significativa entre a historicidade dos eventos e sua aparição iconográfica. Uma série de atores e lutas fundamentais estavam ausentes. Para lidar com esta tensão, imergimos nos acervos compreendendo-os como espaços de disputa e visibilidade seletiva (Cook e Schwartz, 2002).

No Museu da Cidade, a pesquisa aconteceu com uma série de visitas à instituição. No lugar de fundos e coleções, o Museu congrega livros de tombo, que podem ser consultados em sua totalidade, de modo que não há, como em outras instituições, uma possibilidade de pesquisa prévia mediante palavras-chave, por exemplo. Em nossas primeiras incursões, percorremos os extensos livros que guardavam as imagens da cidade, acompanhadas por pequenas descrições. Os dados



indexados normalmente indicavam evento, data e, por vezes, autoria (Figura 1). Hoje, parte relevante do material está digitalizado, embora sem uma catalogação. Assim, associada à pesquisa local, também nos debruçamos nos 67 livros de tombo digitalizados que contêm 126 mil itens. Nesse amplo conjunto, encontramos raras imagens referentes a processos conflitivos: greves estudantis, manifestações trabalhistas, ocupações em frente à prefeitura, passeatas e marchas.

Figura 1 – Livro de tombo do Museu da Cidade do Recife



Fonte: Acervo iconográfico do Museu da Cidade do Recife

A Fundação Joaquim Nabuco, por sua vez, conta com um vasto acervo iconográfico que pode ser pesquisado presencialmente e em seu repositório digital. Nas pesquisas via palavras-chave, encontramos poucos eventos dentro de nosso escopo. Buscamos os seguintes termos: manifestação, passeata, multidão, greve, ato, marcha, protesto e paralisação. Durante o processo, descobrimos a existência da Coleção Miguel Arraes que, em sua parte iconográfica, congrega 261 imagens. A coleção é composta por objetos que pertenciam ao antigo governador de Pernambuco e reúne boa parte das imagens do tipo que nos interessava: greves, paralisações e passeatas.

Após a imersão nos arquivos, reunimos todas as imagens de levantes encontradas e selecionamos um *corpus* restrito para nos determos mais



cuidadosamente. De forma geral, os dados catalogados não nos forneceram as informações necessárias para a compreensão do evento em si, de modo que pesquisas complementares se fizeram fundamentais. O nosso olhar esteve interessado triplamente nas imagens em si, nos seus arquivamentos e nos contextos sócio-históricos aos quais pertencem e constroem. Nesse âmbito, não compreendemos as imagens como simples mediações, ou representações, de eventos passados, mas como algo que intervém no real. Segundo Didi-Huberman (2017) as imagens, ao darem forma aos desejos de emancipação, evocam memórias passadas ao mesmo tempo em que se articulam com o presente. Um levante sempre cita outro, e é animado pelas imagens que o precederam.

Os levantes nos e contra os arquivos

A análise dos acervos de destinação pública revelou que a ausência de determinadas imagens não significa necessariamente a mera inexistência de registros visuais dos eventos, mas pode decorrer também da conjunção de processos conjunturais e institucionais que resultam em apagamentos e seleções. Em outras palavras, ver ou não ver é da ordem do político, ou seja, resultado de processos conflitivos. As presenças e as ausências nos arquivos fazem parte da construção histórica da memória e da constituição do nosso presente. Didi-Huberman (2012b) comenta que, diante das constantes ameaças de destruição (pelo fogo, pelo esquecimento, pela fúria, pelo descaso), devemos pensar nas condições que impediram o desaparecimento dos objetos. As imagens e documentos que estão nos arquivos sobreviveram, apesar de tudo, a processos de apagamento e destruição. O trabalho dos arquivos é incessante: fazer sobreviver os rastros que neles tentam se proteger do desaparecimento e tornar sensível o olhar daqueles que deles se aproximam no intuito de incorporar o pesquisador ou a pesquisadora ao seu processo de ativar as “coisas sobreviventes”.

Apesar das ausências identificadas e já mencionadas na introdução, os arquivos contêm imagens que, se analisadas criticamente, revelam processos conflitivos. Descobrimos que a aparição de levantes nesses acervos frequentemente ocorre de maneira indireta. Muitas vezes, os levantes se apresentam como rastros, tal qual formulado por Benjamin (2009, p. 747): “a aparição de uma proximidade por

mais longínquo que esteja aquilo que a deixou”. Aparecem como presenças de ausências, isto é, uma forma fugidia de contato com o passado, que só existe em função de sua fragilidade.

Um exemplo é uma imagem encontrada na Coleção Miguel Arraes da Fundação Joaquim Nabuco, na qual aparece a Liga Camponesa de Pedra de Fogo em 1963 (Figura 2). É difícil constatar o conteúdo dos objetos a partir da imagem, porém ela torna evidente o esforço estatal de coerção do movimento camponês que tinha como lema “reforma agrária na lei ou na marra” (Montenegro, 2004).

Figura 2 - Material apreendido na Liga Camponesa Pedra de Fogo, sem autor identificado (1963)



Fonte: Coleção Miguel Arraes de Alencar - Fundaj - Ministério da Educação

Outro exemplo é a imagem de um camponês sendo interrogado pela polícia sobre a existência das Ligas em Vitória de Santo Antão (Figura 3). Em ambos os casos, a fotografia aparece duplamente como um gesto de pilhagem: é por conta da expropriação e enquadramento policial que a imagem se tornou possível, mas também podemos pensá-las como um ato imperialista de expropriação – tal qual sugeriu Ariella Azoulay (2019). A autora argumenta que a fotografia possui uma ontologia imperial, dado que a pilhagem é o gesto que funda a imagem fotográfica (uma imagem realiza uma captura). Conforme argumenta, o obturador da câmera

traça três linhas divisórias: no tempo, ao instituir um antes e um depois; no espaço, entre quem está atrás e à frente da objetiva; e no corpo político, ao estabelecer quem possui e opera o dispositivo e quem é expropriado.

Figura 3 - Cabo da polícia interroga camponês, sem autor identificado (1963)



Fonte: Coleção Miguel Arraes de Alencar - Fundaj - Ministério da Educação

Ambas as imagens não têm informação sobre autoria ou circulação em seus metadados, porém, podemos inferir que a Liga Camponesa ou o camponês não decidiram a captura da foto, e que isso pouco importou para o agente repressivo que violentamente instituiu o direito de fotografar para registrar espólios e vigilância. Ainda assim, embora a fotografia tenha sido elaborada em um contexto de controle e criminalização de um movimento social, é possível também pensá-la como uma via de acesso a um importante processo de resistência no contexto rural.

É possível, portanto, ver muita coisa quando se está atento, pois, se algo for apenas ausência, é vazio. Derrida (1995) lembra que arquivo deriva do termo grego *arkhé*, que condensa um duplo significado: começo e comando. Arquivo é lugar físico, histórico ou ontológico, onde um documento ou evento é inicialmente registrado e consignado. Por outro lado, o arquivo também implica, inseparavelmente, a autoridade que detém, organiza e regula estes fragmentos de história. Essa dupla



articulação é historicamente marcada: na Grécia Antiga, o termo *arkheion* referia-se ao domicílio dos arcontes, magistrados que representavam a lei e o poder político. Era em suas residências que os documentos oficiais eram depositados. É vital notar que os arcontes não eram apenas guardiões dos documentos; eles também detinham a autoridade hermenêutica sobre o material arquivado, exercendo o poder de interpretá-los, conferindo-lhes coerência, legibilidade e, em última instância, validade legal e histórica (Derrida, 2001). Isso se mantém em um presente em que os arquivos são duplamente uma edificação e uma coleção de documentos. São “o resultado de um processo que converte um determinado conjunto de documentos em itens considerados dignos de preservação e armazenamento em um local público” (Mbembe, 2002, p. 20).

A aparição dos levantes, entretanto, às vezes é de difícil percepção porque não são constituídos apenas por grandes acontecimentos públicos. Foi preciso estarmos atentos para reconhecer como as disputas se inscrevem também nos gestos cotidianos, minoritários. A revolta não tem um modo de aparição pré-definido porque é nas particularidades de cada opressão que ela se constitui (Didi-Huberman, 2017; autor, 2021). Vimos passeatas, greves e ocupações de engenhos, mas vimos também assembleias, reuniões em teatros e muros pichados. Encontramos, por exemplo, no acervo da Fundação Joaquim Nabuco, uma fotografia de 1964, realizada por Katarina Real, na qual crianças participam de uma cerimônia de entrega de diplomas (Figura 4).

Figura 4 - Crianças do Movimento de Cultura Popular recebem diploma, Katarina Real (1964)



Fonte: Coleção Katarina Real - Fundaj - Ministério da Educação

À primeira vista, a imagem produzida pela antropóloga estadunidense que registrou a cultura popular no Recife dos anos 1960 parece desprovida de qualquer conotação insurgente. No entanto, ao compreendermos que se trata de um evento do Movimento de Cultura Popular (MCP), torna-se evidente seu caráter político. O MCP teve um papel central na educação popular e na cultura recifense, desenvolvendo ações voltadas para a alfabetização e formação de sujeitos críticos no período anterior ao do golpe militar de 1964 (Weber, 1984). Dessa forma, a fotografia, ao mesmo tempo em que documenta um evento aparentemente ordinário, pode ser lida como um testemunho visual de uma pedagogia insurgente que desafiava as estruturas dominantes da época. Essa imagem funciona de modo similar ao constatado por Cusicanqui (2018) que percebe a sua capacidade de oferecer uma interpretação do social distinta do discurso oficial. Existe uma dimensão do indecível na imagem – que habilita outros olhares –, ao mesmo tempo em que a imagem potencialmente faz aparecer o não dito. É também em uma fotografia de crianças recebendo diplomas que chegamos à história de um movimento que teve um fim abrupto por conta da repressão da ditadura civil-militar.

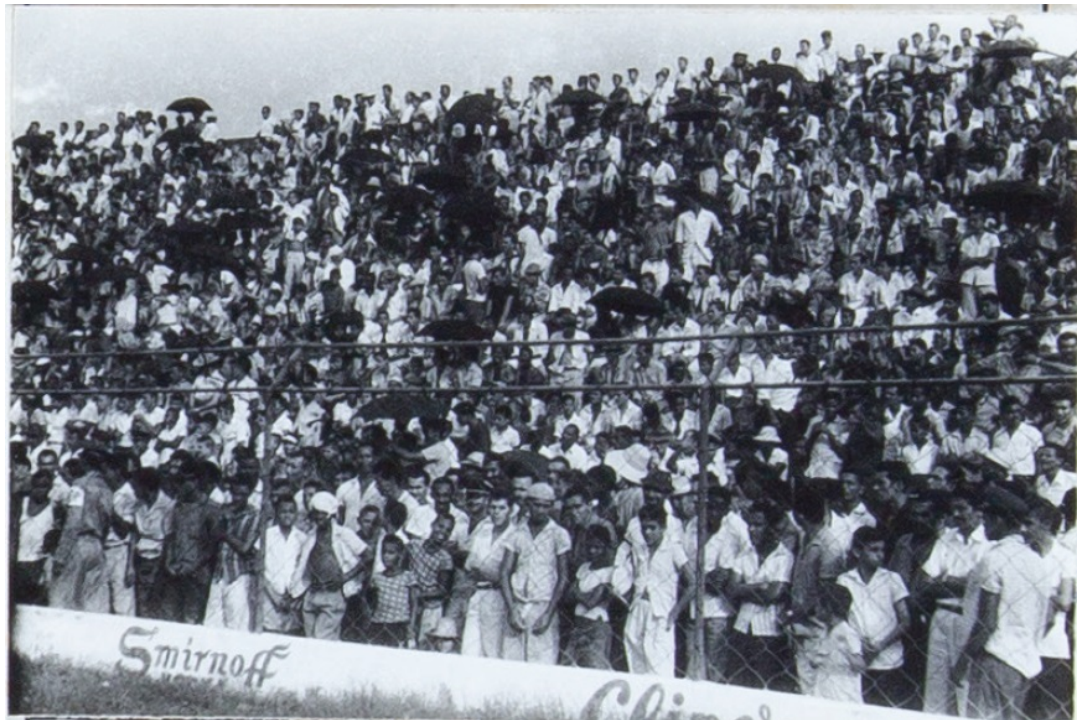
Figura 5 - Manifestação do 1º de maio, Mário de Carvalho (1961)



Fonte: Acervo iconográfico do Museu da Cidade do Recife

Vejamos agora as duas últimas imagens (Figuras 5 e 6). Ambas foram realizadas por Mário de Carvalho, fotógrafo contratado pelo Departamento de Documentação Municipal da prefeitura do Recife. Ele participou do Foto-Cine Clube do Recife, coletivo fundado em 1949 por Alexandre Berzin com o objetivo de realizar saídas fotográficas pela cidade. Carvalho é autor de muitas imagens das décadas de 1950 e 1960 arquivadas no acervo do Museu da Cidade do Recife. As duas fotografias registram o 1º de maio de 1961 em Recife e compõem um conjunto que demonstra a ampla participação na comemoração do dia do trabalhador naquele ano.

Figura 6 - Manifestação do 1º de maio, Mário de Carvalho (1961)



Fonte: Acervo iconográfico do Museu da Cidade do Recife

Com a instauração da ditadura civil-militar, esses registros tornam-se escassos. Embora o final da década de 1970 marque a retomada das lutas populares com importantes ciclos de greves, quase não encontramos, nos arquivos pesquisados, registros desse período. Por fim, existe uma lógica cara às instituições que determina o que é o arquivável (Mbembe, 2002), de modo que muitas das lutas possivelmente presentes em outros acervos – como os organizados por movimentos sociais – não se fizeram visíveis nas instituições que pesquisamos.

Considerações finais

A partir dessas análises, questionamos mais uma vez se confinar um levante a um arquivo é necessariamente uma operação de controle e submissão. A resposta não é unívoca. Se, por um lado, os arquivos podem neutralizar a potência disruptiva de certas imagens, por outro, as próprias imagens arquivadas podem resistir a essa captura, mantendo vivas as insurgências que registram. As fotografias relativas às Ligas Camponesas, por exemplo, mesmo tendo sido produzidas sob um enquadramento repressivo, hoje podem ser apropriadas como um documento de resistência – uma possibilidade de mudança histórica de enquadramento também percebida, em outro conjunto imagético, por Mauad (2017).



No Museu da Cidade do Recife e na Fundação Joaquim Nabuco, encontramos as três balizas de nossa reflexão: os arquivos, as imagens e os levantes. Perguntamos, assim, se é possível uma institucionalização das resistências sem a perda de suas potências. Para responder uma última vez, evocamos um clichê da narrativa imperial: costuma-se dizer que os indígenas acreditavam que a fotografia capturava as suas almas. Essa é uma menção recorrente para constatar a ingenuidade, a idiossincrasia e o primitivismo dos indígenas. Essa operação colonial discursiva esconde que, segundo as memórias de Félix Nadar (2015), Honoré de Balzac tenha concebido, de modo similar, a fotografia como um roubo das nossas camadas espectrais. Ela ignora também o quão mais complexas são as distintas formas de os povos indígenas conceberem o que chamamos de imagem. Porém, a partir desse clichê imperial, podemos esboçar um argumento final a respeito da relação entre os arquivos e os levantes.

Alice Villela (2020) percebeu, em seus estudos sobre os Asuriní do Xingu, que o que chamamos de imagem é percebido por eles como imitação (ayngava). A imagem não é uma simples reprodução do ausente porque tem agência, ou seja, é capaz de produzir efeitos, pois seu referente é evocado e presentificado. Voltando para nosso tema principal, podemos pensar que essa concepção Asuriní da imagem capaz de agir nos permite negar a possibilidade de um controle totalizante dos levantes pelos arquivos. Essa percepção se aproxima do defendido por Cusicanqui (2018), ao argumentar que as imagens ativamente produzem formas dissidentes de comentário sobre o social. Uma imagem é capaz de oferecer uma interpretação posicionada por sua abertura ao que escapa às narrativas do poder. Como enfatizou Lissovsky (2003) de modo benjaminiano, a história é um processo inacabado constituído pela abertura constante ao que poderia ter sido e ao que ainda pode ser. A despeito da intenção dos fotógrafos e dos arquivistas, os levantes se presentificam nas imagens arquivadas e, com isso, podem desmontar e remontar as histórias para negar a violência da história única, que invisibiliza as revoltas e os outros possíveis. Podemos defender, por exemplo, que apesar do enquadramento da repressão, as imagens das Ligas Camponesas evocam, sempre que vistas, a potência de uma auto-organização radical dos trabalhadores – capaz de criar vidas mais dignas, resistindo aos esforços de nossas elites de perpetuar uma sociedade desigual e excludente.



A discussão sobre “captura” (da alma) nos permite, ainda, estabelecer que os arquivos podem, sim, tentar enquadrar os levantes de tal modo que percam suas potências disruptivas – o que, de modo um pouco piegas, podemos chamar de suas “almas”. Reduzir os levantes a um documento impotente em um acervo não é necessariamente a intenção das instituições, mas não nos parece um absurdo constatar ser possivelmente essa a intenção ou até mesmo ser uma consequência não intencional. Quando isso ocorre, o levante vai para o arquivo “virar história”, ou seja, é registrado para ser controlado e retirado da ordem do cotidiano. Lembremos com Foucault (2018) que um arquivo opera de modo a buscar instituir os limites do dizível pela história. Levando esse efeito em consideração, torna-se plausível que haja algum tipo de resistência a essa “captura da alma” pelo nosso hipotético levante. O sujeito, cuja imagem é expropriada, diz não. Nesse sentido, cabe argumentarmos dialeticamente que, se o arquivo resiste à potência do levante enquadrando-o como impotente ou tornando-o ausente, o levante também resiste ao arquivo. É porque o desejo de um levante é sempre fazer história no presente que ele se recusa a virar história no passado.

Referências

- ALONSO, Alonso. & ESPADA, Heloísa. **Conflitos**: fotografia e violência política no Brasil, 1889-1964. São Paulo: IMS, 2017.
- AZOULAY, Ariella. **Potential History**: Unlearning Imperialism. London: Verso, 2019.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2017.
- BLANK, Thais Continentino; MACHADO, Patrícia. A outra vida das imagens: elaborando memórias de um Brasil invisível. **DEVIRES - Cinema e Humanidades**, v. 12, n. 2, p. 68–93, 2015.
- BRUCE, Fabiana. **Caminhando numa cidade de luz e sombras**: a fotografia moderna no Recife na década de 1950. Recife: Massangana, 2013.
- BUTLER, Judith. Levante. Em: DIDI-HUBERMAN, Georges. **Levantes**. São Paulo: Edições Sesc, 2022.
- COOK, Terry; SCHWARTZ, Joan M. Archives, records, and power: From (postmodern) theory to (archival) performance. **Archival Science**, v. 2, n. 3, p. 171–185, 1 set. 2002.



- CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen**: miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2018.
- DERRIDA, Jacques. **Mal d'archive**: une impression freudienne. Paris: Galilée, 1995.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, p. 206–219, 30 nov. 2012.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. **Sublevaciones**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2017.
- FOUCAULT, Michel. **Estratégia, poder-Saber**. Ditos e Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2018.
- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.
- LAGE, Leandro. **Levantes Amazônicos**. Campinas: Pontes, 2025.
- LEAL, Luís Henrique. Imagens e contra-imagens: disputas em torno do significado da ditadura militar brasileira (1964-1985). **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, v. 51, p. 1-24, 2024.
- LISSOVSKY, Maurício. Quatro + 1 dimensões do arquivo. In: **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.
- MAUAD, Ana Maria. Imagens que faltam, imagens que sobram: práticas visuais e cotidiano em regimes de exceção 1960-1980. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 43, n. 2, p. 397–413, 5 jun. 2017.
- MBEMBE, Achille. The Power of the Archive and its Limits. Em: HAMILTON, C. et al. (Eds.). **Refiguring the Archive**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2002. p. 19–27.
- MONTENEGRO, Antônio. As Ligas Camponesas às vésperas do golpe de 1964. **Projeto História**, 29(2), 391-416, 2004.
- MUSA, Priscila Mesquita. **Quem vê cara não vê ancestralidade: arquivos fotográficos e memórias insurgentes de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1 jul. 2022.
- NADAR, Félix. **When I was a Photographer**. Cambridge: MIT Press, 2015.
- VILLELA, Alice. Imagem, imitação, presentificação: ambiguidade e agência das imagens produzidas pelas tecnologias dos brancos. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 139–164, 27 mar. 2020.
- WEBER, Silke. **Política e educação**: o Movimento de Cultura Popular no Recife. *Revista de ciências sociais*, v. 27, n. 2, p. 233-262, 1984.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.